

*Apresentado
em
16/01/2021*



**Nova
Câmbios**

**RELATÓRIO & CONTAS
EXERCÍCIO DE 2020**

NOVACÂMBIOS – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

Relatório & Contas de 2020

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
1. Órgãos Sociais	4
2. Contexto Económico e de Mercados	5
3. Pandemia COVID-19 e Outros Factos Relevantes em 2020.....	9
4. Recursos Humanos, Balcões e Sistemas de Informação.....	13
5. Sistema de Controlo Interno	15
6. Atividade, Resultados e Situação Financeira.....	19
7. Proposta de Aplicação dos Resultados.....	21
8. Perspetivas	21
9. Reconhecimento	22
II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS	23
Balanço.....	24
Demonstração de Resultados	25
Demonstração dos Fluxos de Caixa	26
Demonstração de Alteração do Capital Próprio	27
Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras	28
III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	50

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Órgãos Sociais

Apresentam-se os membros dos órgãos sociais que se encontram em exercício à data da elaboração deste relatório e contas, mandato 2017- 2020.

Mesa da Assembleia Geral

António Pedro de Sá Alves Sameiro – Presidente

Isabel Maria de Oliveira e Silva – Secretária

Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha – Presidente com funções executivas

José Carlos da Silva Pereira – Vogal com funções executivas¹

Tânia Mafalda da Silva Viterbo – Vogal com funções executivas²

Carlos Augusto Rebocho – Vogal com funções executivas²

Maria Lúcia Ramos Bica – Vogal com funções não executivas³

Fiscal Único

DFK & Associados, SROC, Lda, representada por Manuel Lázaro Oliveira Brito (ROC) – Revisor Oficial de Contas

¹ Iniciou funções em maio de 2019

² Iniciaram funções em janeiro de 2020, na sequência da renúncia, em junho de 2019, dos anteriores vogais: Francisco Rodrigues de Mascarenhas Santos e Miguel Filipe Moreira Couto

³ Iniciou funções em maio de 2019, em representação do Montepio Geral Associação Mutualista

2. Contexto Económico e de Mercados

O ano de 2020 foi drasticamente marcado pela pandemia COVID-19, obrigando a generalidade dos países a adotar medidas de confinamento da população, que provocaram um grande impacto na atividade económica e na vida das pessoas, a nível global.

No *update* do *World Economic Outlook* (WEO) de abril de 2021, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que o impacto da pandemia resulte numa contração da economia mundial de -3,3%, em 2020, atingindo o consumo privado, o investimento e o comércio.

A **economia dos EUA** registou o pior desempenho desde 1946, decrescendo cerca de -3,5%, com os efeitos da crise pandémica a fazerem-se sentir principalmente no consumo privado, que registou um decréscimo acentuado, de -3,9%. A evolução negativa da atividade económica refletiu-se no mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego atingido um pico, de 14,8%, em abril de 2020, fixando-se em 6,7% no final do ano (3,6% em 2019).

O impacto da pandemia foi também bastante penalizador nos países da **Zona Euro**, que apresentou uma contração da atividade económica de -6,6%, em virtude do significativo decréscimo do consumo (-8,0%) e do investimento (-8,3%). Tendo em vista a conter os impactos da pandemia, o Banco Central Europeu-BCE intensificou a política monetária expansionista, mantendo as suas taxas de juro de referência em mínimos históricos e lançando um programa de compra de ativos de emergência pandémica (*Pandemic Emergency Purchase Programme* – PEPP), com uma dotação global de 1 850 mil milhões de euros (mM€), que se estende até março de 2022.

As economias da **América Latina** agudizaram o fraco crescimento económico que vinham evidenciando nos últimos anos, registando, no seu conjunto, um decréscimo da atividade de -7,0%. Esta evolução refletiu a diminuição do consumo, provocada pela quebra de rendimentos das famílias e pelas medidas de confinamento impostas, bem como o decréscimo da procura externa e a paralisação, parcial ou total, da produção de bens e serviços. A **economia brasileira** registou uma retração do PIB de -4,1%, beneficiando dos apoios governamentais de incentivo ao consumo, principalmente junto das famílias com menores rendimentos. Ainda assim o impacto da crise pandémica provocou uma redução acentuada na atividade industrial, originando uma escassez de oferta de determinados bens de consumo, o que provocou um aumento da inflação, para +4,5% no final de 2020, e um aumento significativo da despesa pública no país.

Em **Angola**, os efeitos da pandemia contribuíram para a contração do PIB em -4,0%, acentuando o ciclo recessivo que se tem verificado desde 2016, em virtude da persistência do baixo preço do petróleo. A crise sanitária veio agudizar os problemas estruturais do país, com uma economia muito concentrada na produção de produtos derivados do petróleo e com elevados níveis de endividamento externo e de inflação, a qual atingiu uma taxa de 25,1%, no final de 2020.

• Portugal

Em **Portugal**, os efeitos da pandemia refletiram-se na acentuada redução atividade económica, transversal a praticamente todos os setores de atividade, com especial destaque para o turismo, a restauração e os transportes. Em 2020, o PIB sofreu uma expressiva contração, de -7,6%, em termos médios anuais.

A procura interna foi particularmente afetada, tanto ao nível do consumo privado como do investimento, passando de um contributo positivo para a variação anual do PIB, de +2,8 p.p., em 2019, para um contributo negativo, de -4,6 p.p., em 2020, enquanto que o contributo negativo da procura externa líquida foi de -3,0 p.p., destacando-se a significativa redução das exportações de serviços de turismo.

A evolução das finanças públicas em 2020 foi muito condicionada pela grave crise sanitária e económica, tendo o défice orçamental atingido -5,7% do PIB, representando um significativo agravamento face ao ligeiro excedente, de +0,1%, observado em 2019.

Por forma a combater os efeitos negativos da pandemia na economia e na sociedade, o governo português aprovou um Plano de Estabilização Económica e Social, com medidas de combate aos efeitos da pandemia, o qual incorporou o Orçamento Suplementar para 2020, e elaborou o Plano de Recuperação e Resiliência que prevê o acesso a uma verba que rondará os 16,6 mM€ do Fundo de Recuperação Europeu, sendo 13,9 mM€ a fundo perdido e 2,7 mM€ em forma de empréstimos, destinada a medidas de revitalização da economia.

A taxa de desemprego não teve um crescimento tão expressivo quanto as previsões iniciais apontavam, fixando-se em 6,8% da população ativa (6,5% em 2019), porque beneficiou das medidas de apoio ao emprego, designadamente do *layoff*, e de algum dinamismo económico verificado no 3º trimestre de 2020.

• Turismo e transporte aéreo

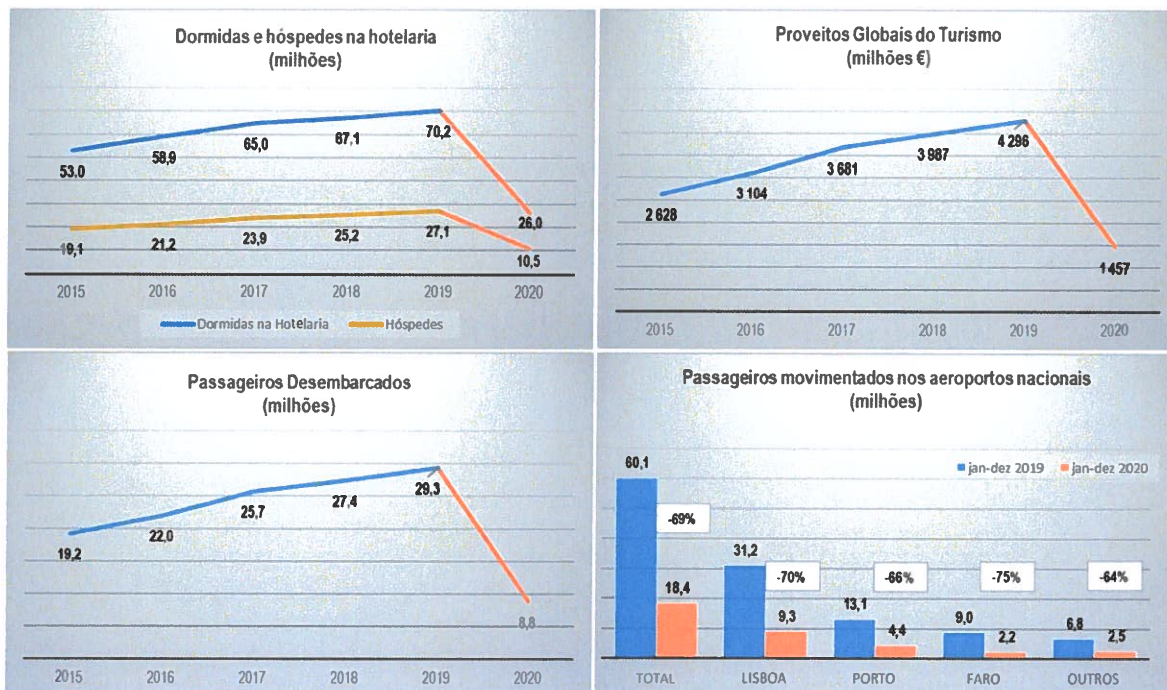
É de destacar o forte impacto negativo da crise pandémica, provocada pela COVID-19, na atividade turística ao longo de 2020. De acordo com os dados preliminares do INE, os estabelecimentos de alojamento turístico registaram 10,5 milhões de hóspedes e cerca de 26,0 milhões de dormidas, a que corresponderam decréscimos anuais de -61,3% e -63,0%, respetivamente (+7,5% e +4,6% em 2019).

O mercado interno contribuiu, pela primeira vez em muitos anos, com o maior peso de dormidas, cerca de 52,5% (30,1% em 2019), representando 13,6 milhões de dormidas (-35,4% face a 2019), enquanto que o mercado externo contribuiu apenas com 13,3 milhões de dormidas (-75,7% face a 2019).

Este forte decréscimo da atividade turística teve como consequência o decréscimo, de -66,1%, dos proveitos globais do turismo, que atingiram apenas 1 457 M€ (-2 839 M€ face a 2019).

O turismo foi diretamente condicionado pelas restrições da circulação aérea impostas em 2020 devido à pandemia, tendo sido registados, em termos acumulados, 100,2 mil voos comerciais, representando um decréscimo de -56,0% face a 2019. O número de passageiros aéreos desembarcados passou de 29,3 milhões, em 2019, para 8,8 milhões de passageiros em 2020, significando uma redução de -70,0%. Os números totais de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais sofreram quebras muito

pronunciadas, tendo passado de um total de 60,1 milhões de passageiros, em 2019, para apenas 18,4 milhões em 2020, o que significa uma redução de -69%.



Fontes: Turismo de Portugal e INE.

• Mercado Cambial

A taxa de câmbio efetiva do euro registou uma apreciação, de +7,2% durante 2020, beneficiando das apreciações face às principais moedas, nomeadamente, +9,3% face ao dólar dos Estados Unidos (de 1,123 EUR/USD, no final de 2019, para 1,227 EUR/USD, no final de 2020) e +5,6% face à libra esterlina (de 0,851 EUR/GBR para 0,899 EUR/GBR).

A moeda europeia apresentou apreciações mais significativas face ao real do Brasil, de +41,1% (de 4,516 EUR/BRL para 6,374 EUR/BRL), dado o forte impacto da pandemia na redução do investimento estrangeiro e na perceção de risco do país, e face ao kwana angolano, em +48,9% (de 540,817 EUR/AOA para 805,117 EUR/AOA), em virtude da significativa contração da economia angolana.

• Perspetivas

As atuais previsões de evolução da atividade económica a nível mundial permanecem rodeadas de elevada incerteza, sendo que os riscos de uma evolução económica descendente decorrem da futura evolução da crise pandémica, nomeadamente, da possibilidade de surgirem mais estirpes de elevado contágio e/ou resistentes às vacinas, e da possível necessidade de reforço do confinamento, tanto em termos de severidade como da sua duração.

74
JK
8-113

Já a possibilidade de uma evolução mais ascendente resulta da capacidade de resiliência das economias e da pandemia poder vir a evoluir de uma forma mais favorável, nomeadamente, em resultado dos processos de vacinação.

As mais recentes previsões do FMI indicam um nível de crescimento da economia mundial em torno dos +6,0%, impulsionado pela Índia (+12,5%), China (+8,4%) e EUA (+6,4%), enquanto que a Zona Euro deverá atingir um acréscimo de atividade de +4,4%. Contudo, nos últimos dias temos observado um agudizar da pandemia na Índia, o que poderá implicar uma correção em baixa destes valores.

A economia angolana deverá crescer muito ligeiramente em 2021, em cerca de +0,4%, beneficiando da recuperação do preço do petróleo, do apoio externo do FMI, em cerca de 1000 milhões de USD, ao abrigo do programa “*Extended Fund Facility*” e da implementação de medidas fiscais que visam a contenção da despesa pública e o apoio à recuperação da economia.

As perspetivas para a economia portuguesa apontam para um crescimento do PIB de +3,9%, mas, permanecem igualmente rodeadas de elevada incerteza e muito dependentes da evolução da pandemia, das medidas de contenção adotadas em Portugal e no resto do mundo, das políticas económicas, da evolução da vacinação contra a COVID-19 e da reação dos agentes económicos a estes desenvolvimentos. A elevada exposição do país ao setor do turismo – um dos mais afetados pela pandemia – acaba por constituir um fator de risco adicional, comparativamente com economias com uma maior exposição ao setor industrial, como a economia alemã.

Perspetiva-se que a resiliência económica seja também suportada pelos mecanismos de apoio fiscal, monetário e económico, como o programa de compra de títulos de dívida por parte do BCE e a aprovação e implementação dos planos de acesso ao Fundo de Recuperação, por parte dos Estados-Membros europeus.

3. Pandemia COVID-19 e Outros Factos Relevantes em 2020

O impacto da Pandemia do Covid-19 demonstrou ser transversal tanto do ponto de vista geográfico como económico, afectando a generalidade dos países e dos diferentes sectores económicos. A indústria do Turismo foi especialmente prejudicada por este evento inesperado, com um impacto devastador no sector da aviação, do alojamento e da restauração.

Se, no caso da linha de negócios dos câmbios, que depende na sua esmagadora maioria do desempenho da aviação e do alojamento, o impacto se fez sentir de imediato, já no caso das transferências, apesar da resiliência inicial demonstrada, a dependência da imigração cuja principal fonte de emprego advém da Restauração e do Alojamento (HORECA-Hotéis, Restaurantes e Cafés), começou a mostrar sinais de estagnação no 2º semestre de 2020 que se acentuaram e se converteram em contração no último trimestre do ano.

• Perspectiva Global

A nível mundial as previsões do Banco Mundial não são de todo animadoras, sendo que, durante 2020, estima-se a perda de 305 milhões de empregos que totalizam uma redução de, aproximadamente, de 3,02 triliões de Euros em receita global, com um impacto directo de -20% nas remessas, correspondendo a uma diminuição anual de 122.4 bilhões de Euros e que decorre da combinação de três factores principais: A destruição de milhões de empregos, em especial os mais precários; o declínio acentuado do crescimento económico e a queda dos preços do Petróleo.

Por outro lado, a redução do tráfego aéreo mitigou, de forma indirecta, o impacto dos factores acima referidos, já que a redução do tráfego aéreo conduziu a uma diminuição das viagens entre países emissores e países receptores de remessas, levando a que uma porção significativa das remessas informais, tanto em dinheiro como em géneros, passasse para os canais formais nos quais a Novacâmbios se insere.

Outro fenómeno fomentado pelo confinamento verificado foi o crescimento exponencial dos canais digitais e do recurso aos serviços prestados por *fintechs*, que, graças às restrições impostas pela Covid-19, viram a sua posição consolidada e cuja quota, apesar do ajuste provocado pelo fim do confinamento, ficará sempre bastante acima dos níveis prévios à Pandemia, captando quota aos canais de distribuição tradicionais do sector financeiro.

Curiosamente, alguns países receptores líquidos de remessas como o Paquistão e o Bangladesh, registaram um aumento no volume de remessas, o que claramente aponta para duas grandes oportunidades de desenvolvimento desta linha de negócio, até porque a população residente em Portugal destas comunidades aumentou em 37%, de acordo com o último relatório do SEF publicado em Junho de 2020.

- **Perspectiva Local**

Em Portugal, os impactos dos esforços de contenção da Pandemia de Covid-19 levados a cabo durante 2020 fizeram-se sentir em particular durante o confinamento total, que teve início a 19 de Março e terminou com a abertura de todo o comércio e níveis de ensino a 01 de Junho, conduzindo a uma paragem brusca de praticamente toda a actividade económica.

A entrada em vigor do primeiro pacote de medidas de apoio às empresas e de manutenção de postos de trabalho em Abril, deixou de fora as empresas dos segmentos HORECA o que, obviamente, em conjunto com as restrições horárias e de ocupação fez com que muitas destas empresas tivessem quebras insustentáveis de facturação, facto agravado no Distrito de Faro pelo facto do Reino Unido só ter incluído Portugal na lista de destinos turísticos seguros, que não requeriam quarentena no regresso, em 20/08/2020, o que se revelou demasiado tarde para o sector Hoteleiro do Algarve com inúmeros estabelecimentos a permanecerem fechados no pico do verão.

As estatísticas referentes ao sector do Turismo, já reveladas no capítulo anterior, ilustram bem a situação em Portugal e, se a elas juntarmos as perspectivas de recuperação do sector da aviação indicadas pela Moody's (*Global passenger airlines industry Outlook*), não será de esperar uma recuperação minimamente robusta até 2023, o que tem, e terá, um impacto transversal na atividade das Instituições de Pagamento, com reflexos mais imediatos nas operações de compra e venda de moeda e um impacto diferido, mas, mais persistente, nos envios de remessas de fundos, em especial devido ao desemprego e degradação das condições laborais entre os imigrantes, o que implicará menos transferências.

Para corroborar estas previsões temos o indicador das Ofertas de Emprego disponíveis na Europa que aumentaram no último trimestre de 2020, enquanto que em Portugal estagnaram nos 0,7%.

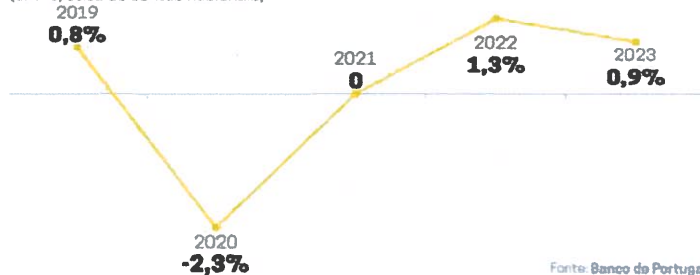
Já a nível dos postos de trabalho em Portugal houve uma redução de 99 mil empregos em relação a 2019 o que representa uma quebra de 1,11% na Taxa de Emprego (INE, BdP), que advirem na sua maioria do sector HORECA visto ter sido o mais castigado pelas quebras históricas nas receitas do Turismo, na diminuição sem precedentes do número de passageiros aéreos e marítimos e também por ter sido o sector que estará exposto durante mais tempo a restrições que impactam a capacidade instalada (ocupação) e a sua produtividade (horários e normas).

Na nossa perspectiva existem duas medidas de políticas públicas que podem explicar em parte o bom desempenho da taxa de desemprego durante este exercício, pelo menos de forma temporária, a primeira está relacionada com a contratação avultada de recursos para o sector da Saúde e a segunda diretamente correlacionada com o layoff e o apoio à retoma progressiva.

Com base nas projeções do Banco de Portugal (BdP) em Dezembro de 2020, serão precisos no mínimo mais três anos para o país recuperar os empregos perdidos só durante este ano de pandemia (2020), ou seja, este é o tempo necessário para criar 100 mil novos postos de trabalho.

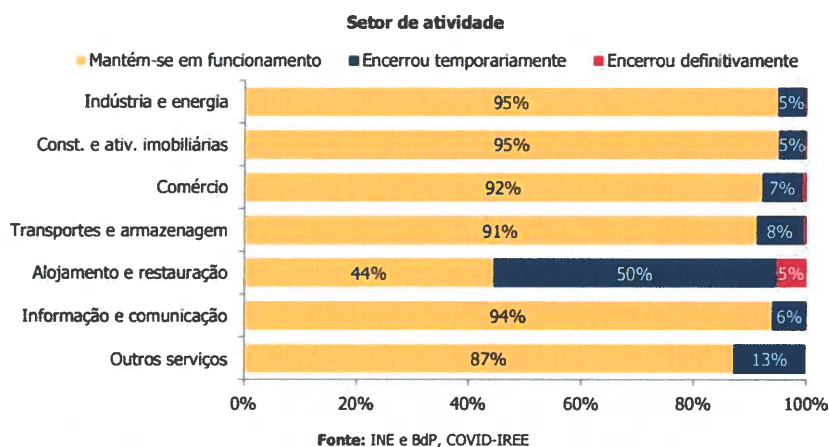
Variação anual do emprego total em Portugal

(em %, ótica de contas nacionais)



Como forma de ilustrar o impacto em 2020 do primeiro confinamento derivado da pandemia de Covid-19, achamos útil recorrer a alguns dos indicadores utilizados no Inquérito Rápido e excepcional às Empresas – COVID-19, de Maio de 2020:

- 77% das empresas diminuíram o volume de negócios, sendo que este número sobe para 97% na HORECA;
- No sector do Alojamento e Restauração (HORECA) 72% das empresas registaram uma redução de pelo menos 75% no volume de negócios;
- 50% das empresas reportaram redução de pessoal sendo que no caso do Alojamento e Restauração este número chega aos 82%;
- Na HORECA, que emprega a maioria dos imigrantes em Portugal, 55% dos estabelecimentos encerraram temporariamente ou mesmo definitivamente durante o primeiro confinamento;



No que diz respeito ao segmento HORECA cabe ainda referir que os estabelecimentos menos dependentes do Turismo, como por exemplo a Restauração para clientes domésticos, ainda assim viram o seu normal funcionamento bastante limitado pelas restrições, nomeadamente à noite e aos fins de semana, sendo que por outro lado viram o teletrabalho diminuir significativamente o número de potenciais clientes durante os dias de semana.

O reanimar da economia no último trimestre do ano, cujo reflexo se encontra bem patente no aumento em Portugal de +1,6% nas remessas enviadas e de +2,8% nas remessas recebidas de acordo com o BPstat, fez-se sentir, ainda de forma bastante incipiente, na indústria do Turismo e da Aviação, tendo como consequência uma recuperação, embora muito pálida, da linha de negócio de câmbio de moeda e, também, na parceria com a Euronet referente à disponibilização de caixas automáticos (ATM's).

A pandemia teve um impacto extraordinariamente adverso no desenrolar da atividade da Novacâmbios em 2020 em todas as suas vertentes e, consequentemente, na exploração, nos resultados e na evolução do balanço.

Devido às medidas de emergência e confinamento sanitário, algumas agências estiveram com horário reduzido e outras encerram.

Em resultado desta situação a entidade recorreu ao layoff em Abril de 2020, o que lhe permitiu manter os postos de trabalho.

Perante um contexto tão negativo, agudizaram-se as dificuldades de exploração das 7 agências localizadas nos aeroportos de Lisboa, Porto e Ponta Delgada, as quais agravaram as perdas, situação que se tornou insustentável para a Novacâmbios. Não tendo sido possível um acordo equilibrado com a ANA- Aeroportos de Portugal que permitisse manter as referidas agências, perante perspectivas pouco animadoras até 2023 e o procedimento negocial que se avizinhava, o esforço financeiro avultado estimado não era compensatório, dado a imprevisibilidade do desfecho, o que, obviamente, acabou por forçar o encerramento desses balcões em Janeiro de 2021.

Para contrariar os impactos da pandemia foram desenvolvidos esforços com vista à diversificação das fontes de rendimento, procurando potenciar a cadeia de agências. Neste âmbito a Novacâmbios estabeleceu uma parceria com DiverValor no âmbito da qual passarão a ser comercializados serviços de compra e venda de ouro e prata nas agências.

4. Recursos Humanos, Balcões e Sistemas de Informação

• Recursos Humanos

Para desenvolver a sua actividade, a Novacâmbios iniciou o ano de 2020, com um quadro de 182 colaboradores (87 Homens e 95 Mulheres), com uma média de idades de 38 anos, terminando o ano com 147 colaboradores (71 Homens e 76 Mulheres) com uma média de idades de 40 anos.

A redução do quadro de colaboradores decorreu de rescisões por mútuo acordo.

• Balcões

A Novacâmbios iniciou o ano de 2020 com 50 balcões, tendo reduzido a sua rede em 13 balcões, 7 durante o ano de 2020, e 6 na primeira semana de Janeiro de 2021. No entanto, estes últimos, reflectem decisões tomadas ainda no decorrer de 2020 de adaptação da dimensão da rede às condições de mercado (balcões localizados nos aeroportos).

A rede de balcões estava distribuída da seguinte forma:

Localizações por Distrito/R.A.	Nº de Balcões	
	Janeiro	Dezembro
Braga	2	2
Porto	8 *	5
Aveiro	1	1
Viseu	1	1
Coimbra	1	1
Santarém	1	1
Lisboa	25 **	17
Setúbal	3	3
Évora	1	1
Faro	4	4
Madeira	1	0
Açores	2 ***	1
Total	50	37

* Incluindo 2 balcões no Aeroporto Francisco Sá Carneiro – Porto

** Incluindo 3 balcões no Aeroporto da Portela - Lisboa

*** Incluindo 1 balcão no Aeroporto João Paulo II - Ponta Delgada

- **Sistemas de Informação**

Em 2020, deu-se continuidade à modernização dos sistemas de informação, prosseguindo o desenvolvimento de novas funcionalidades no aplicativo *trader*.

Com o aparecimento da pandemia foi imposto o teletrabalho. Foi criado e desenvolvido todo o ambiente remoto que permite ao trabalhador dar continuidade ao seu contributo em casa, de uma forma segura e eficiente.

Ainda devido aos constrangimentos provocados pela pandemia foi adiado o investimento, que estava programado, na modernização de alguns elementos de suporte na infra-estrutura, realocando estes recursos ao desenvolvimento do ambiente remoto.

Em 2020, foram registados no sistema de *helpdesk* 551 *tickets* com pedidos de assistência que foram resolvidos na totalidade.

Deu-se continuidade às respostas e aplicação de recomendação resultantes da auditoria, iniciada em Dezembro de 2019, sob a responsabilidade do Banco de Portugal, pela empresa BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., relativamente à adequação aos novos requisitos de reautorização das Instituições de Pagamento e de Moeda Eletrónica, decorrentes da implementação da diretiva DSP2 (Diretiva de Serviços de Pagamento revista). Esta diretiva foi transposta para o ordenamento jurídico nacional através do DL nº 91/2018, de 12 de novembro, e tem em vista a uniformização das condições da prestação de serviços de pagamento no mercado interno da União Europeia.

5. Sistema de Controlo Interno

• Áreas de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno da NovaCâmbios, enquanto conjunto de estratégias, políticas, , processos, sistemas e procedimentos definidos que garantem o integral cumprimento da legislação em vigor aplicável e do respetivo controlo interno, em cada área funcional da instituição, através da monitorização permanente dos correspondentes desempenhos e o exercício prudente das atividades.

No decurso dos últimos anos, houve a crescente preocupação em dotar as áreas de controlo interno de instrumentos, recursos e meios para que o desenvolvimento e o alcance do seu trabalho no seio organizacional pudesse contribuir, simultaneamente, para a criação de valor e para a proteção, identificação, mitigação, resolução e acompanhamento da exposição aos riscos próprios da atividade prosseguida.

As Áreas de Controlo Interno da NovaCâmbios abrangem as funções de Compliance, de Auditoria Interna e de Gestão de Risco as quais , por sua vez, são dotadas de autoridade e independência adequadas e da respetiva segregação de funções das demais unidades orgânicas da Instituição.

A confiança depositada no Sistema de controlo Interno da NovaCâmbios permite o cabal desempenho das funções de avaliação e verificação do grau de cumprimento normativo e as demais funções que lhes são atribuídas.

Neste âmbito das Áreas de Controlo Interno as principais ações prenderam-se, sobretudo, com a dinamização, coordenação, gestão e atualização do Sistema de Controlo Interno da Instituição. É pertinente referir que todos os colaboradores selecionados obedecem, para o exercício destes cargos, ao cumprimento de rigorosos critérios de competência técnica e de elevados padrões de ética.

Somente desta forma tem vindo a ser possível consolidar um eficiente desempenho de Compliance, que permita acompanhar e avaliar, de forma eficaz, as medidas e os procedimentos adotados e detetar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e institucionais, com ênfase na prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo. Assim como a obtenção de um eficaz processo de Auditoria Interna, que possibilite auditar, individual e imparcialmente, cada uma das unidades orgânicas que constituem a NovaCâmbios, de forma a garantir que as mesmas cumprem a legislação em vigor e as normas definidas internamente.

Em suma, assume relevância o permanente desenvolvimento do sistema de controlo interno através do aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à decisão e das técnicas de avaliação de performance, a fim de solidificar o seu funcionamento operacional e a consistência e a abrangência das referidas decisões.

• Compliance

Ao longo do ano de 2020, esta área, no que concerne à monitorização das operações realizadas pela Nova Câmbios, têm vindo a implementar novos desenvolvimentos, por forma a tornar mais eficaz a análise diária. Foram elaboradas novas pesquisas no aplicativo *Trader* que visam a monitorização das operações que o Departamento de Compliance considera mais relevantes, sendo que, durante o ano de 2020 e, por forma a cumprir o dever de exame, foram analisadas um total de 6 589 operações.

Sempre que assim o considerou, o Departamento de Compliance activou o dever de comunicação dessas operações e colaborou activamente com as autoridades competentes, organizando e mantendo um arquivo estruturado e disponível para consulta. Durante o ano de 2020, foram prestadas 105 respostas a Pedidos das Autoridades Competentes e foi activado o Dever de Comunicação por 6 vezes.

O Departamento de Compliance durante o período de reporte procedeu ainda à elaboração e desenvolvimento dos seguintes Manuais/Políticas:

- Relatório de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo;
- Relatório de Controlo Interno;
- Política de Gestão de Fraude;
- Política de Gestão de Incidentes Operacionais e de Segurança.

Ainda em matéria de procedimentos é importante relevar que foram alterados inúmeros procedimentos internos no que diz respeito a procedimentos internos de *Front office*, *Back office* e Compliance.

Atendendo à necessidade, cada vez maior, das instituições financeiras intervirem no combate do BCFT - Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo e, uma vez que é objetivo desenvolver os melhores esforços e práticas na prevenção dos crimes de BCFT foi reforçado o plano de formação nesta temática.

Mas, devido à pandemia mundial Covid-19, não foi possível o cumprimento do Plano de Formação previsto para o ano de 2020, pois devido às restrições impostas, a mesma não se pôde realizar de forma presencial. Por este facto foi elaborado uma formação E-Learning a ser ministrada no ano de 2021. Em 2020 foram apenas realizadas duas acções de formação no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, Prevenção da Fraude e procedimentos internos. No período de referência, o departamento de compliance analisou inúmeras entidades individuais e coletivas que constam das Listas de Entidades Sujeitas a Medidas Restritivas garantindo que apenas são efetuadas operações com entidades não sancionadas, ou não relacionadas, de alguma forma, com a prática de crimes de BCFT ou responsáveis por outros crimes que não lhes permita o acesso ao circuito bancário.

Ao longo do ano de 2020, começou a 2ª fase da Auditoria do Banco de Portugal, no âmbito de verificação da implementação da PSD2 na NovaCâmbios. Esta 2ª fase está direccionada para as Áreas de Controlo Interno e Contabilidade e visa validar/avaliar o cumprimento e implementação efectiva dos requisitos, sendo que a mesma se vai prolongar para o ano de 2021.

A NovaCâmbios foi ainda alvo de uma auditoria por parte do parceiro de negócio Moneygram, que visou a revisão do programa de Compliance referente às transacções processadas e respectiva aplicação das leis sobre o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

Durante o ano de 2020 foram ainda efectuadas 14 visitas de Compliance à rede de balcões. É pertinente mencionar que as visitas à rede de agências funcionam, não apenas como ações de verificação e controlo mas, também, como sessões de formação *on-job* sobre os mais variados procedimentos internos de compliance, de segurança física, de atendimento e postura, de conduta e ética, de organização e arquivo, contribuindo, por si só, para a criação de valor.

• Auditoria Interna

A auditoria interna elabora, mantém atualizado e executa o plano de auditorias, com vista a examinar e a avaliar a adequação das componentes do Sistema de Controlo Interno e dos procedimentos de cada unidade orgânica da Instituição, efetuando o respetivo reporte sobre o estado e o nível de cumprimento dos mesmos. Durante o período de reporte foram efectuadas 14 auditorias à rede de agências e uma auditoria à área de Compliance.

No decurso do ano de 2020, auditoria interna foi responsável pela resposta a todas as reclamações dirigidas aos serviços prestados pela Nova Câmbios e por todos os procedimentos relacionados com a recirculação de moeda e os processos de retenção de notas. Foram efectuadas 29 respostas a reclamações e comunicadas ao supervisor – Banco de Portugal. Relativamente aos processos de retenção, a Auditoria Interna tratou de 43 processos de retenção de numerário, que comunicou às autoridades competentes.

Durante 2020, a Auditoria apresentou propostas e demais iniciativas que tiveram como objetivo a eliminação de todas as não-conformidades detetadas, que contrariassem a legislação aplicável em vigor, ou as restantes irregularidades dos procedimentos internos instituídos.

Ainda em 2020, a Auditoria Interna elaborou, em conjunto com os Departamento de Compliance e de Gestão de Risco, o Relatório de Controlo Interno respeitante ao período compreendido entre 1 de Junho de 2019 e 31 de Maio de 2020.

• Gestão de Risco

A Área de Gestão de Risco tem por responsabilidade a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos a que a Instituição se encontra exposta, de origem interna ou externa, por forma a assegurar que estes se mantêm ao nível definido e que não afetarão significativamente a situação económica e financeira da Instituição.

Durante o ano de 2020, foi actualizado o Sistema de Gestão de Risco da NovaCâmbios, por forma a tornar-se uma ferramenta sólida, eficaz, consistente e capaz de compreender todos os produtos, atividades, serviços, processos e procedimentos e áreas funcionais instituídos na organização.

O Departamento de Gestão de Risco elaborou o Sistema de Gestão de Risco de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, que assume a probabilidade de ocorrência de impactos negativos no regular funcionamento da empresa, decorrentes de violações ou da não

conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos, que se materializem em sanções de carácter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.

O Departamento de Gestão de Risco é ainda responsável pela verificação da submissão de todos os reportes da empresa ao Banco de Portugal, no portal BPnet.

6. Atividade, Resultados e Situação Financeira

Como anteriormente referido, a atividade, os resultados e a situação económico-financeira da Novacâmbios foram fortemente, e negativamente, afectadas pela pandemia.

• Câmbios

Em 2020, devido à pandemia, que levou à quebra do turismo, registou-se uma redução acentuada nesta actividade. Os proveitos caíram cerca de 60% entre comissões e margem cambial. Como consequência, os proveitos da Euronet registaram também uma quebra, na ordem dos 70%.

• Transferências (MoneyGram e RealTransfer)

A pandemia provocou também um decréscimo nas transferências, apesar de menos acentuado. Os proveitos da Novacâmbios, como agente da MoneyGram, tiveram uma quebra de cerca de 20%. Relativamente aos proveitos como agente da RealTransfer, houve um ligeiro aumento, por via da renegociação do contrato (aumento da comissão sobre valores enviados e recebidos).

• Resultados e Situação Financeira

Os resultados obtidos em 2020 refletem a combinação de dois impactos:

- a redução dos Gastos Operacionais, em linha com a estratégia de gestão de custos, racionalização e melhoria da eficiência iniciada em 2019;
- as fortes quebras nos Resultados de Reavaliação Cambial, em consequência do efeito da pandemia COVID19.

Deste modo, o Produto Bancário evidencia uma diminuição de -1.333 mil euros, equivalente a -29% face a 2019.

Com a política de redução de Gastos Operacionais foi obtida uma diminuição dos Custos com Pessoal, equivalente a -26%, enquanto que os Gastos Gerais Administrativos diminuíram -29%, perfazendo uma diminuição total de Gastos Operacionais de -1.626 mil euros (-26%).

O Resultado Operacional aumentou 287 mil euros em 2020, equivalente a +17%, passando de -1.683 mil euros, em 2019, para -1.396 mil euros, em 2020.

Com o impacto positivo, de 282 mil euros, dos Impostos, correntes e diferidos, o Resultado Líquido do Exercício de 2020 foi negativo, de -1.114 mil euros, sendo de salientar uma melhoria do resultado face a 2019 em +18%.

Principais Rúbricas (m€)	2020	2019	Var (m€)	Var (%)
Produto Bancário	3 193	4 526	(1 333)	-29%
Gastos Operacionais	4 589	6 209	(1 620)	-26%
Resultado Operacional	(1 396)	(1 683)	287	17%
Impostos	282	332	(50)	-15%
Resultado Líquido do Exercício	(1 114)	(1 351)	237	18%

Da evolução do Balanço em 2020 expressa no quadro seguinte, salientam-se os seguintes aspectos:

Principais Rúbricas (m€)	2020	%	2019	%	Var (m€)	Var (%)
Ativo Líquido, do qual:	6 612	100	6 899	100	(287)	-4,2%
Caixa e Disponibilidades	1 257	19	2 522	37	(1 265)	-50,2%
Ativos Tangíveis	778	12	906	13	(128)	-14,1%
Outros Ativos	2 754	42	1 919	28	835	43,5%
Passivo, do qual:	5 632	100	4 804	100	828	17,2%
Recursos OIC	2 508	45	1 215	25	1 293	106,4%
Outros Passivos	3 113	55	3 566	74	(453)	-12,7%
Capital Próprio, do qual:	980	100	2 094	100	(1 114)	-53,2%
Capital	1 750		1 750		-	0,0%

Ao nível do Ativo Líquido verificou-se uma diminuição de 287 mil euros (-4,2%) face a 2019.

Dos componentes do ativo salienta-se uma diminuição dos ativos de liquidez, rubrica de Caixa e Disponibilidades, em -1.265 mil euros, fortemente justificada por um assalto ocorrido em fevereiro 2020, o qual veio a ter o seu desfecho em janeiro 2021 com o recebimento de indemnização por parte do seguro.

Dos restantes ativos, salientam-se os Ativos Tangíveis que matêm a tendencia de diminuição, desta feita de -14% face a 2019, e o aumento relevante verificado em +835mil euros em Outros Ativos que se relaciona, em grande parte, com o já referido assalto de que a empresa foi alvo em fevereiro de 2020.

O Passivo evidencia um aumento de +828 mil euros (+17%) face a 2019, situando-se nos 5.632 mil euros.

O Capital Próprio voltou a registar nova redução em 2020, decorrente do resultado negativo, de -53,2%, passando a totalizar 980 mil euros.

7. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe à deliberação da Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício de 2020, no valor de **-1.114.369,24 euros**, seja transferido para a conta de resultados transitados.

8. Perspetivas

Fruto do processo global de vacinação contra a COVID-19 e da melhoria dos indicadores de transmissão e propagação da pandemia, a que se associa o recente desconfinamento, perspetiva-se uma efetiva tendência de retoma económica, embora lenta .

Espera-se que a retoma económica seja reforçada, pelos esperados apoios públicos e com os efeitos da execução do Plano de Recuperação e Resiliência.

Este quadro permite-nos encarar possibilidades de breve melhoria das condições de mercado, que permitam retomar a dinâmica da atividade, em níveis adequados à recuperação de valor, jamais ignorando a dimensão dos desafios que temos de travar, visando a sustentabilidade da Novacâmbios, tais como a constante determinação de limitar os custos à dimensão dos proveitos e criar condições para o aumento destes, também pela via da diversificação de novos produtos e serviços a comercializar na nossa rede de balcões, sem esquecer o desenvolvimento tecnológico e digital, que ganhou nova relevância no contexto da pandemia.

9. Reconhecimento

Encerramos este documento manifestando o nosso profundo agradecimento a todas as entidades e a todos aqueles que, no decurso do exercício, conosco colaboraram, entre eles:

- o Banco de Portugal;
- a Ultra SGPS, S.A.;
- a Associação Mutualista do Montepio Geral;
- o Banco Montepio;
- a Realtransfer - Instituição de Pagamento, S.A.;
- ao nosso Revisor Oficial de Contas e a Contabilista Certificada;
- os nossos colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados no quadro das suas funções.

Lisboa, 3 de maio de 2021

O Conselho de Administração



José João Gonçalves Rocha



José Carlos da Silva Pereira



Tânia Mafalda da Silva Viterbo



Carlos Augusto Rebocho



Maria Lúcia Ramos Bica

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações no Capital Próprio**
- **Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras**

(Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda)

BALANÇO

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Base de reporte : Individual - NIC

31 de dezembro 2020
Valores em Euros

	Notas	Ano - Atividade Global			Ano Anterior
		Valor antes de	Provisões, imparidades	Valor liquido	
		provisões, imparidades e amortizações	e amortizações		
		1	2	3 = 1 - 2	4
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	1 098 148,07		1 098 148,07	2 243 864,31
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	158 880,47		158 880,47	278 502,43
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6	31 438,27		31 438,27	25 317,41
Aplicações em instituições de crédito	7	387 000,00		387 000,00	387 000,00
Outros ativos tangíveis	8	2 045 108,03	1 267 263,61	777 844,42	906 198,28
Ativos intangíveis	9	104 617,25	64 116,94	40 500,31	67 361,90
Ativos por impostos correntes	10	3 434,52		3 434,52	3 564,15
Ativos por impostos diferidos	10	1 361 506,38		1 361 506,38	1 068 301,48
Outros ativos	11	2 753 682,53		2 753 682,53	1 919 031,33
Total de Ativo		7 943 815,52	1 331 380,55	6 612 434,97	6 899 141,29
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	12			2 507 922,13	1 215 052,53
Passivos por impostos correntes	10			11 360,31	22 497,86
Outros passivos	13			3 112 799,68	3 566 868,81
Total de Passivo				5 632 082,12	4 804 419,20
Capital					
Capital	14			1 750 000,00	1 750 000,00
Outras reservas e resultados transitados	15			344 722,09	1 695 892,86
Resultado do exercício				(1 114 369,24)	(1 351 170,77)
Total de Capital				980 352,85	2 094 722,09
Total de Passivo e Capital				6 612 434,97	6 899 141,29

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificado Nº 93044



O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Maria Lúcia Ramos Bica
Tânia Mafalda da Silva Viterbo
Carlos Augusto Rebocho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

31 de dezembro 2020

Base de reporte : Individual - NIC

Valores em Euros

	Notas	2020	2019
Juros e rendimentos similares	16	196,72	518,53
Juros e encargos similares	16	68 231,44	33 186,54
Margem Financeira		(68 034,72)	(32 668,01)
Rendimentos de serviços e comissões	17	1 319 939,31	1 604 797,85
Encargos com serviços e comissões	18	518 269,88	2 671 872,59
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	19	2 143 273,51	5 599 801,02
Outros resultados de exploração	20	316 354,53	26 633,48
Produto Bancário		3 193 262,75	4 526 691,75
Custos com pessoal	21	2 874 146,19	3 892 322,79
Gastos gerais administrativos	22	1 503 247,44	2 111 216,33
Amortizações do exercício e provisões líquidas de reposições e anulações	23	212 082,95	205 904,76
Resultado Antes de Impostos		(1 396 213,83)	(1 682 752,13)
Impostos			
Correntes	21	11 360,31	22 497,86
Diferidos	21	(293 204,90)	(354 079,22)
Resultado Líquido do Exercício		(1 114 369,24)	(1 351 170,77)

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificado N° 93044



O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Maria Lúcia Ramos Bica
Tânia Mafalda da Silva Viterbo
Carlos Augusto Rebocho

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.

31 de dezembro 2020

Base de reporte: Individual - NIC

Valores em Euros

	Notas	2020	2019
Atividades Operacionais			
Recebimentos de comissões	14	1 319 939,31	1 604 797,85
Pagamento de comissões	15	(518 269,88)	(2 671 872,59)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	18,19	(4 377 393,63)	(6 003 539,12)
Resultados de reavaliação cambial	16	2 143 273,51	5 599 801,02
Caixa gerada pelas operações		(1 432 450,69)	(1 470 812,84)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	21	(11 360,31)	(22 497,86)
Outros recebimentos/pagamentos		(989 354,49)	305 480,01
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		(2 433 165,49)	(1 187 830,69)
Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8	53 830,75	52 071,66
Ativos intangíveis	9	3 036,75	78 505,50
Investimentos financeiros	6	-	47 000,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(56 867,50)	(177 577,16)
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	12	1 292 869,60	480 052,53
Juros e rendimentos similares	16	196,72	518,53
		1 293 066,32	1 435 571,06
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	16	68 371,53	33 186,54
		68 371,53	33 186,54
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		1 224 694,79	1 402 384,52
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(1 265 338,20)	36 976,67
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 522 366,74	2 485 390,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 257 028,54	2 522 366,74
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa		-	-

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificado N° 93044

Margarida Cravid de Melo.

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Maria Lúcia Ramos Bica
Tânia Mafalda da Silva Viterbo
Carlos Augusto Rebocho

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

NOVACÂMBIOS - INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, S.A.
Base de reporte: Individual - NIC

31 de dezembro 2020
Valores em Euros

Rúbricas	Notas	Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 dezembro 2018		1 750 000,00	652 394,32	3 189 608,01	(97 504,00)	(2 048 605,47)	3 445 892,86
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2018	15	-	-	-	(2 048 605,47)	2 048 605,47	-
Resultado líquido do exercício de 2019	15	-	-	-	-	(1 351 170,77)	(1 351 170,77)
Saldo em 31 dezembro 2019		1 750 000,00	652 394,32	3 189 608,01	(2 146 109,47)	(1 351 170,77)	2 094 722,09
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2019	15	-	-	-	(1 351 170,77)	1 351 170,77	-
Resultado líquido do exercício de 2020	15	-	-	-	-	(1 114 369,24)	(1 114 369,24)
Saldo em 31 dezembro 2020		1 750 000,00	652 394,32	3 189 608,01	(3 497 280,24)	(1 114 369,24)	980 352,85

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificado N° 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Maria Lúcia Ramos Bica
Tânia Mafalda da Silva Viterbo
Carlos Augusto Rebocho

Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2020

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **NOVACÂMBIOS – Instituição de Pagamento, S.A** (Empresa) é uma sociedade anónima com sede na Calçada do Carmo, nº6 1º Dto – 1200-091 Lisboa. Em junho de 2012 alterou a sua designação social e foi registada no Banco de Portugal como Instituição de Pagamento em 2013.

No exercício de 2020 as principais atividades desenvolvidas foram a compra e venda de moeda estrangeira, a realização de operações de envio e pagamento de fundos bem como compra de cheques de viagem.

As operações de transferências de fundos foram realizadas não só na qualidade de agente doutras Instituições de Pagamentos, mas também de forma autónoma em plataforma informática própria da Empresa.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Base de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), aprovadas e publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de Dezembro do Banco de Portugal.

A Empresa adotou um novo plano de contas interno para o exercício de 2020. As alterações realizadas não têm qualquer impacto nas demonstrações financeiras apresentadas nem no seu comparativo e por esse facto são comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício anterior.



As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

As amortizações e depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em euros tendo sido utilizadas as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2020 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A Empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídio de férias, bem como os respetivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade



As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

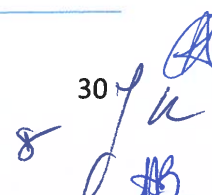
Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.



30
8



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da NovaCâmbios, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes das transações bem como da conversão por taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros ganhos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

3.3. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

3.4. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer



por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.5. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.6. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.7. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de



8 32 / HB.

acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.9. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.



Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

3.10. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças



temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

4. CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o saldo da conta de Caixa tinha a seguinte composição:

Caixa	2020	2019
Moeda Nacional	483 603,31	1 375 875,56
Moeda Estrangeira	614 544,76	867 988,75
Total	1 098 148,07	2 243 864,31

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as disponibilidades em OIC apresentavam-se como se segue:

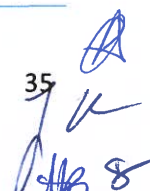
Disponibilidades OIC	2020	2019
Moeda Nacional	129 921,55	250 829,51
Moeda Estrangeira	28 958,92	27 672,92
Total	158 880,47	278 502,43

6. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o saldo desta rubrica corresponde na integra ao Fundo de Compensação de Trabalho e apresentava-se da seguinte forma:

Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	2020	2019
FCT	31 438,27	25 317,41
Total	31 438,27	25 317,41



35


7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o valor de Aplicações em Instituições de Crédito não teve alteração e era de 387.000,00 euros, valor depositado junto da Caixa Económica Montepio Geral, com renovação anual e detalham-se como se segue:

Aplicações em IC	2020	Início	Fim	Taxa
Poupança Prazo 1	340 000,00	27-jun-17	30-jun-21	0,5%
Poupança Prazo 2	47 000,00	26-fev-19	27-fev-21	0,5%
Total	387 000,00			

8. ATIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido em 2019 para os Ativos Tangíveis foi o seguinte:

	Saldo em 01jan2019		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2019
	Valor bruto	Amortizacumul	Aquisições	Abate / Vendas		
Edifícios	105 000,00	11 025,00	0,00	0,00	1 575,00	92 400,00
Obras em Edifícios	1 187 281,24	507 157,81	42 954,50	0,00	118 158,89	604 919,04
Equipamento	646 924,38	390 184,53	9 117,16	0,00	56 977,77	208 879,24
Total	1 939 205,62	908 367,34	52 071,66	0,00	176 711,66	906 198,28

O movimento ocorrido em 2020 para os Ativos Tangíveis foi o seguinte:

	Saldo em 01jan2020		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2020
	Valor bruto	Amortizacumul	Aquisições	Abate / Vendas		
Edifícios	105 000,00	12 600,00	0,00	0,00	1 575,00	90 825,00
Obras em Edifícios	1 230 235,74	625 316,70	48 036,22	0,00	122 947,36	530 007,90
Equipamento	656 041,54	447 162,30	5 794,53	0,00	57 662,25	157 011,52
Total	1 991 277,28	1 085 079,00	53 830,75	0,00	182 184,61	777 844,42

As aquisições registadas nesta rubrica estão relacionadas essencialmente com o investimento efetuado na loja do Centro Comercial Colombo, em Lisboa.



9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis, o movimento ocorrido em 2019 foi de:

	Saldo em 01jan2019		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2019
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas		
Software	3 075,00	1 025,00	78 505,50	0,00	27 193,60	53 361,90
Outros	20 000,00	4 000,00	0,00	0,00	2 000,00	14 000,00
Total	23 075,00	5 025,00	78 505,50	0,00	29 193,60	67 361,90

Em 2020 o movimento ocorrido em Ativos Intangíveis foi de:

	Saldo em 01jan2020		Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2020
	Valor bruto	Amortiz acumul	Aquisições	Abate / Vendas		
Edifícios	81 580,50	28 218,56	3 036,75	0,00	27 898,31	28 500,39
Obras em Edifícios	20 000,00	6 000,04	0,00	0,00	2 000,04	11 999,92
Total	101 580,50	34 218,60	3 036,75	0,00	29 898,35	40 500,31

As aquisições refletidas nesta rubrica são referentes a software de gestão de recursos humanos e firewall datacenter.

10. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

O montante de impostos sobre os lucros referente ao exercício de 2020 é de **-281.844,59€**, resultante de um imposto corrente de 11.360,31€ e de um imposto diferido por prejuízo fiscal de 293.204,90 €.

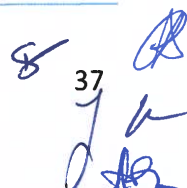
O imposto corrente de 11.360,31€ é resultante de Tributações Autónomas, que em 2019 foi de 22.497,86€.

O valor de 3.434,52€ de Ativos por Impostos Correntes é relativo a Pagamento Especial por Conta efetuado em 2018. Durante os exercícios de 2019 e 2020 a Empresa não efetuou pagamento especial por conta.

No calculo dos impostos diferidos a Empresa aplicou uma taxa de imposto simplificada de 21% sobre o prejuízo fiscal recuperável. A taxa de imposto aplicada está em linha com a taxa de imposto atual e a espectável para exercícios futuros.



37



Em 2020 a Empresa reconheceu Ativos por Impostos Diferidos referentes ao prejuízo fiscal apurado no valor de - 1.396.213,83€ . Este ajustamento foi efetuado com base na expectativa futura da Empresa vir a obter lucro e assim utilizar o crédito fiscal em causa.

Apesar dos resultados obtidos no exercício e exercícios anteriores, a Empresa tem em curso um plano de reestruturação da sua atividade que irá inverter no curto prazo os resultados. Todas as projeções internas realizadas permitir garantir com segurança a recuperabilidade dos impostos diferidos dentro dos prazos legais existentes.

O valor total de Ativos por Impostos Diferidos registado desagrega-se da seguinte forma:

Ativos por Impostos Diferidos	Exercício	Ano limite para utilização
176 943,08	2016	2030
537 279,18	2018	2032
354 079,22	2019	2033
293 204,90	2020	2032
1 361 506,38		



11. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Outros Ativos detalha-se como se segue:

Outros Ativos	2020	2019
Devedores e Outras Aplicações	2 423 817,26	1 550 080,96
por Processos Judiciais	730 050,22	173 376,79
PROC.Nº 111/08.4JABRG	16 780,69	16 780,69
NUIPC Nº 880/14.2 PJPRT	550,00	550,00
NUIP Nº 221/17.7 JAFAR	152 548,10	152 548,10
NUIPC Nº 1038/17.AGAVC	3 498,00	3 498,00
NUIPC Nº 000345/20.3 PBL5B	556 673,43	-
por Operações Transferências de Valores	712 318,42	303 990,55
MoneyGram	36 009,52	30 902,08
RealTransfer Portugal	328 481,35	42 886,62
Goo Transfer	-15,60	2 632,18
NovaCâmbios Angola	329 545,11	214 304,41
NovaCâmbios Namíbia	3 653,47	513,89
BCI/PFS	14 644,57	12 751,37
por Outros Valores a Receber	981 448,62	1 072 713,62
por contraparte residente	905 735,00	1 000 000,00
por contraparte ã residente	75 713,62	72 713,62
Rendimentos a Receber	117 293,89	12 387,41
Euronet - ATM's	3 825,34	12 387,41
Seg Social - Apoio à Retoma Progressiva de Atividade	13 468,55	-
RealTransfer Portugal - Prémio de Assinatura	100 000,00	-
Despesas com Encargo Diferido	212 571,38	356 562,96
Credores e Outros Recursos	7 895,19	12 272,48
Seguros	20 792,73	10 198,27
Rendas	83 883,46	134 092,21
Caução Euronet	100 000,00	200 000,00
Total	2 753 682,53	1 919 031,33



8
39
AB.

12. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Recursos de OIC	2020	2019
de Outras Instituições de Crédito	1 044 657,47	1 215 052,53
Caixa Económica Montepio Geral - CCC	500 000,00	500 000,00
Caixa Económica Montepio Geral - Empréstimo	323 904,73	465 052,53
Euro BIC - Empréstimo	220 752,74	250 000,00
de Agentes de Transferências	1 463 264,66	-
RealTransfer Portugal	1 377 588,66	-
MoneyGram	85 676,00	-
Total	2 507 922,13	1 215 052,53

O valor com Agentes de Transferências foi reclassificado em 2020 por via da adoção de um novo plano de contas (Nota 2) e figurava em 2019 na rubrica de Outros Passivos (Nota 13).

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de Outros Passivos pode ser resumida como se segue:

Outros Passivos	2020	2019
Fornecedores, Credores e Outros Recursos	2 727 370,97	3 144 340,80
Fornecedores Residentes	561 092,75	407 820,05
Fornecedores Residentes - ANA Aeroportos	1 135 954,53	1 152 051,56
Setor Público Administrativo	124 162,96	109 255,21
Cobranças de Terceiros - Penhora de Vencimentos	102,60	2,31
Outros Credores - Acionistas - ULTRA - SGPS, S.A.	395 882,00	445 882,00
Outros Credores - Acionistas - Assoc Mutualista Montepio Geral	300 000,00	300 000,00
Credores em Suspenso	10 661,97	10 661,97
Outros Credores - Transferências de Valores - NovaCâmbios AO	93 920,70	93 920,70
Outros Credores - Transferências de Valores - Goo AO	105 593,46	-
Outros Credores - Transferências de Valores - RealTransfer PT	-	570 941,87
Outros Credores - Transferências de Valores - MoneyGram	-	53 805,13
Encargos a Pagar e Outras Operações a Regularizar	385 428,71	422 528,01
Juros e Encargos Similares a Pagar	28 596,36	2 508,34
Férias, Subs de Férias e Encargos Sociais	275 859,56	338 567,63
Outros Custos de Pessoal a Pagar	5 473,76	21 330,26
FST a pagar	45 945,38	25 588,56
Outras Operações a Regularizar	29 553,65	34 533,22
Total	3 112 799,68	3 566 868,81



8 30
JKR

14. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o capital social de 1.750.000,00€ encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A composição dos detentores do capital social é como se segue:

- ULTRA – SGPS, SA	69,94%
- Associação Mutualista Montepio	30,00%
- Outros Accionistas	0,06%

15. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Outras Reservas e Resultados Transitados	2020	2019
Reserva Legal	652 394,32	652 394,32
Reservas Livres	3 189 608,01	3 189 608,01
Resultados Transitados	(3 497 280,24)	(2 146 109,47)
Total	344 722,09	1 695 892,86

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 29 de Junho de 2020, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com um resultado líquido negativo de 1.351.170,77€, tendo sido deliberado a transferência da totalidade para Resultados Transitados.



16. MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é detalhada como se segue:

Margem Financeira	2020	2019
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Aplicações OIC	196,72	518,53
Juros e Encargos Similares		
Juros de Empréstimos	18 922,98	-
Juros de Suprimentos	37 766,67	-
Juros de Conta Corrente Caucionada	11 541,79	23 459,71
Juros de Fornecedores	-	9 726,83
Total	(68 034,72)	(32 668,01)

17. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões do ano de 2020 e 2019 foram os seguintes:

Rendimentos de Serviços e Comissões	2020	2019
Transferência de Valores	1 172 686,48	1 057 200,04
Comissões na Compra e Venda de Moeda	76 643,33	282 947,18
Comissões por Operações em ATM - Euronet	70 409,83	246 230,94
Outras Comissões	199,67	18 419,69
Total	1 319 939,31	1 604 797,85

18. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Os encargos com serviços e comissões do ano de 2020 e 2019 foram os seguintes:

Encargos com Serviços e Comissões	2020	2019
Comissões por garantias bancárias	55 534,59	47 485,42
Comissões por operações bancárias	66 506,16	51 826,12
Comissões da ANA-Aeroportos	334 680,34	2 446 033,10
Outras Comissões	61 548,79	126 527,95
Total	518 269,88	2 671 872,59

O Conselho de Administração deligenciou junto da ANA-Aeroportos o término da relação que se veio a efetivar em janeiro de 2021. Durante o ano de 2020, os valores contratualizados foram renegociados.



19. RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de Resultados de Reavaliação Cambial em Operações Financeiras apresentava um saldo de 2.143.273,51€ e de 5.599.801,02€ respetivamente.

Resultados de Reavaliação Cambial	2020	2019
Ganhos em Operações Financeiras	2 218 155,58	5 784 285,56
Perdas em Operações Financeiras	74 882,07	184 484,54
Margem das Operações Financeiras	2 143 273,51	5 599 801,02
Margem em Notas	2 148 596,99	5 588 530,56
Margem em Divisas	(4 827,75)	10 682,47
Outras Diferenças Cambiais	(495,73)	587,99
Margem das Operações Financeiras	2 143 273,51	5 599 801,02

20. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição das rubricas a seguir indicadas eram as seguintes:

Outros Resultados de Exploração	2020	2019
Outros Encargos e Gastos Operacionais		
Quotizações e Donativos	11 204,11	10 391,30
Outros Encargos e Gastos	90 716,68	5 644,70
Multas e Outras Penalidades	1 050,50	3 420,62
Outros Impostos		
Imposto do Selo	7 470,39	20 320,48
IUC	493,86	492,45
IMI	212,67	195,67
Taxas	244,09	184,64
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais		
Reembolso de Despesas	49,20	30,52
Reembolso de Subsídio de Baixa de Pessoal	-	-
Apoio Extraordinário à Retoma Progressiva de Atividade	202 625,78	-
Medida de Incentivo Extraordinário à Normalização da Atividade	99 695,00	-
Outros Rendimentos e Receitas	125 376,85	67 252,82
Total	316 354,53	26 633,48



A situação de pandemia COVID19 causou impacto direto e relevante na atividade da Empresa, onde o confinamento deu lugar a redução do período normal de trabalho dos trabalhadores e em certos casos, *lay-off*.

Para fazer face a esta dificuldade, foram criadas pelo Governo Português um conjunto de medidas de apoio à atividade das empresas onde a Novacâmbios – Instituição de Pagamento SA foi beneficiária.

21. CUSTOS COM PESSOAL

Em 2020, a Empresa teve um efetivo médio anual de 165 trabalhadores, enquanto que em 2019 foram de 185 trabalhadores.

Os custos com pessoal em 31 de dezembro de 2020 e 2019 têm a seguinte composição:

Custos com Pessoal	2020	2019
Remunerações	1 786 676,25	2 135 003,43
Encargos Sociais s/ Remunerações	375 015,23	622 012,41
Cedência de Pessoal	129 279,91	314 963,31
Fundo de Compensação do Trabalho	514,31	669,92
Subsídio de Refeição	195 191,91	247 532,29
Subsídio de Férias e de Natal	268 188,36	319 758,43
Subsídio de Transporte	34 869,92	46 131,66
Seguro de Acidentes de Trabalho	20 302,88	20 683,38
Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho	3 529,78	5 231,50
Seguro de Saúde	39 748,46	76 682,40
Indemnizações Contratuais	10 825,44	9 180,29
Outros Custos com Pessoal	10 003,74	94 473,77
Total	2 874 146,19	3 892 322,79

Em linha com a estratégia de gestão de custos, racionalização e melhoria da eficiência em curso, os custos com pessoal diminuíram aproximadamente 26% face ao exercício anterior.



22. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os gastos gerais administrativos totalizaram 1.503.247,44 € e repartiram-se da seguinte forma:

Gastos Gerais Administrativos com Fornecimentos	2020	2019
Água, Energia e Combustível	61 958,51	90 319,50
Material de Consumo Corrente	16 032,86	16 934,65
Material para Assistência e Reparações	2 506,61	16 376,75
Material de Higiene e Limpeza	11 072,13	5 565,91
Total Gastos com Fornecimentos	91 570,11	129 196,81
Gastos Gerais Administrativos com Serviços	2020	2019
Rendas, Cedência de Espaços e Condomínios	894 948,97	1 141 782,17
Alugueres	62 972,30	72 941,10
Comunicações	63 145,67	63 097,33
Deslocações e Representação no País	25 810,09	67 979,27
Deslocações e Representação no Estrangeiro	21 944,22	87 660,58
Publicidade	26 824,60	92 098,36
Conservação e Reparação	26 839,36	46 798,12
Seguros	30 483,11	16 410,89
Avenças e Honorários	47 683,74	179 877,94
Serviços Judiciais, Contencioso e Notariado	1 790,53	2 523,80
Serviços de Informática	111 307,21	81 494,19
Serviços de Segurança e Vigilância	41 132,69	62 076,11
Serviços de Limpeza	31 028,74	42 339,13
Serviços de Ligação de Dados	1 746,60	1 722,00
Outros Serviços de Terceiros	24 019,50	23 218,53
Total Gastos com Serviços	1 411 677,33	1 982 019,52
Total de Gastos Gerais Administrativos	1 503 247,44	2 111 216,33

A situação de pandemia causou impacto no valor das rendas, sendo que o custo associado foi alvo de revisão e em alguns casos de moratórias, justificando assim a diminuição deste custo em cerca de -22%.

A fiscalização da Empresa é realizada pelo Fiscal Único DFK & Associados SROC Lda, que emite para cada exercício a Certificação Legal das Contas.



23. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

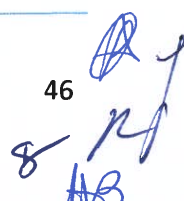
Durante o exercício de 2020 e 2019, os gastos com amortizações detalham-se como se segue:

Depreciações e Amortizações do Exercício	2020	2019
Ativos Fixos Tangíveis	182 184,61	176 711,16
Ativos Intangíveis	29 898,35	29 193,60
Total	212 082,96	205 904,76

24. IMPOSTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o impacto com imposto sobre o rendimento é como se segue:

Imposto sobre Rendimento (IRC)	2020	2019
Resultado Antes de Impostos (RAI)	(1 396 213,83)	(1 682 752,13)
Imposto Corrente	(11 360,31)	(22 497,86)
Imposto Diferido	293 204,90	354 079,22
Resultado Líquido do Exercício	(1 114 369,24)	(1 351 170,77)

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

25.1. Compromissos assumidos

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa tem as seguintes garantias ativas na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Instituição	Loja	Valor
Banco BIC Português, SA	CC Colombo 2	44 115,96
Banco BIC Português, SA	Norte Shopping	66 675,79
Caixa Económica Montepio Geral	Braga	13 500,00
Caixa Económica Montepio Geral	Gare do Oriente	31 487,66
Caixa Económica Montepio Geral	Amoreiras	60 164,92
Caixa Económica Montepio Geral	Coimbra	17 026,55
Caixa Económica Montepio Geral	Cascais Shopping	53 809,82
Caixa Económica Montepio Geral	Nova Arcada	23 849,64
Caixa Económica Montepio Geral	S. Bento / Quisque	10 332,00
Caixa Económica Montepio Geral	Mercês	2 903,09
Caixa Económica Montepio Geral	Cacém	2 774,65
Caixa Económica Montepio Geral	Amadora	2 682,16
Caixa Económica Montepio Geral	Aveiro 2	12 000,00
Caixa Económica Montepio Geral	CC Colombo 1	134 717,02
Caixa Económica Montepio Geral	Arrábida Shopping	33 042,77
Caixa Económica Montepio Geral	ANA-Aeroportos	1 047 400,00
		1 556 482,03

25.2. Responsabilidades de Crédito

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa apresenta os seguintes saldos de crédito na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Instituição	Produto Financeiro	Valor em Dívida
Banco BIC Português, SA	Financiamento à atividade empresarial	220 752,74
Caixa Económica Montepio Geral	Financiamento à atividade empresarial	323 904,73
Caixa Económica Montepio Geral	Conta corrente bancária	500 000,00
Caixa Económica Montepio Geral	Cartão de crédito com período free-float	570,12
		1 045 227,59



25.3. Partes Relacionadas

Os saldos e transacções entre as empresas do grupo do ano de 2020, foram realizados com base nos preços de mercado, foram praticadas as mesmas regras aplicadas aos fornecedores/clientes:

Empresa	Saldo a 31-12-2019	Varição	Saldo a 31-12-2020	Custos	Proveitos
NC Namibia	513,89	3 049,58	3 563,47	-	-
NC Cuba	32 713,62	-	32 713,62	8 510,55	-
NC França	40 000,00	-	40 000,00	-	-
NC Angola	214 379,41	24 245,00	238 624,41	-	12 305,90
RT Portugal	528 055,25	521 052,06	1 049 107,31	-	672 641,15
Ultra SGPS	554 118,00	(50 710,79)	503 407,21	23 566,67	-
Ultra Serviços	377 323,83	32 895,80	410 219,63	96 840,39	-
Ultra Viagens	(12 444,02)	(897,15)	(13 341,17)	3 310,74	-

26. Eventos subsequentes

Como é do conhecimento generalizado, a OMS declarou em março de 2020 o surto do novo coronavírus, designado por COVID19 como pandemia. Foram muitos os setores da economia afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença. Houve lugar à interrupção e/ou limitação de fornecimento de bens e serviços a nível mundial.

Em 2020, a atividade económica global registou uma quebra acentuada em relação ao ano de 2019, devido ao impacto da crise pandémica que afetou a economia mundial como um todo.

Tendo Portugal adoptado medidas de emergência e confinamento, foi inevitável a quebra significativa da atividade da Empresa, o que levou à implementação de um plano de contingência incluindo medidas de mitigação dos impactos provocados pela pandemia.

Durante o mês de janeiro de 2021 a empresa recebeu da Seguradora Tranquilidade, o valor do seguro referente ao furto ocorrido em fevereiro de 2020.

Com o objecto da empresa cumprir com os rácios dos Fundos Próprios, foi discutida e aprovada uma proposta de aumento do capital social que passa pela entrada da RealTransfer como accionista da NovaCâmbios.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos, além do mencionado acima, susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.



27. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, a Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2020, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2020.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do mencionado diploma legal.

Lisboa, 3 de maio de 2021

O Responsável pela Contabilidade



Margarida Cravid de Melo

Contabilista Certificado N.º 93044

O Responsável pela Gestão

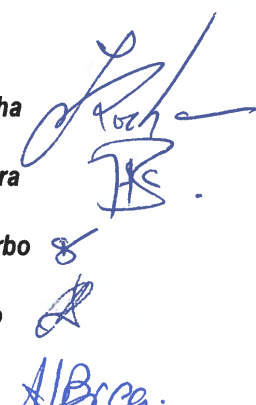
José João Gonçalves Rocha

José Carlos da Silva Pereira

Tânia Mafalda da Silva Viterbo

Carlos Augusto Rebocho

Maria Lúcia Bica



III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



NOVACÂMBIOS – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA
REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2020

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA* (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, (que evidencia um total de 6.612.435 euros e um total de capital próprio de 980.353 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.114.369 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA* em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido no relatório de gestão e na nota 26 do anexo às demonstrações financeiras, a pandemia da doença Covid-19 originou na economia um enorme estado de incerteza, cuja duração e consequências são ainda imprevisíveis. Apesar dos eventuais impactos que esta situação possa provocar, a Entidade considera que estão criadas as condições operacionais para a manutenção da sua atividade, estando igualmente assegurados os compromissos financeiros assumidos.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas Ajustadas (NCA), conforme a Instrução N.º 18/2005 do Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística adotada em Portugal para Pequenas Entidades através do Sistema de Normalização Contabilística;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Alfragide, 6 de maio de 2021



**Manuel Lázaro Oliveira Brito em representação de
DFK & Associados, SROC, Lda**



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2020, a atividade da *Novacâmbios – Instituição de Pagamento, SA*, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, as notas anexas e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as Notas Anexas apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Alfragide, 6 de maio de 2021

O FISCAL ÚNICO

Manuel Lázaro Oliveira Brito em representação de
DFK & Associados, SROC, Lda